



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS

Estado de Mato Grosso do Sul

PROCESSO Nº 133/2026
EDITAL PRORROGADO DO PREGÃO Nº 47/2026

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE DEODAPOLIS**, com sede na Av. Francisco Alves da Silva - 443, centro de Deodápolis - MS, conforme autorização expedida no processo administrativo supracitado, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL** exclusivo para **ME, EPP e MEI**. Através de **REGISTRO DE PREÇOS**, Tipo de Julgamento, **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, Decreto 8.538/2015, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

A Abertura da sessão inicial do processo acontecerá **às 09:00 horas (MS) do dia 28 de setembro de 2026**, no Prédio da Prefeitura Municipal de Deodápolis - MS, na Av. Francisco Alves da Silva, nº 443, centro, na cidade de Deodápolis/MS

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. **REGISTRO DE PREÇOS** para **Locação futura de Mesas e Cadeiras Plásticas para atendimento das Secretarias de Saúde, Educação, Finanças, Assistência Social, e Gabinete do Prefeito**, conforme especificações descritas no Anexo - I Proposta de Preços e no Termo de Referência Anexo VI.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. **Poderão participar deste Pregão as microempresas e empresas de pequeno porte** pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, regularmente cadastrados neste município ou que satisfaçam as condições exigidas no presente edital e seus anexos, parte integrante deste edital.

2.2. Será vedada a participação de empresas:

2.2.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.2.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.2.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.2.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.2.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.2.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por

submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.7. Que estiverem reunidas em consórcio.

2.2.8. As empresas que enviarem os envelopes de Documentação e Proposta via Correio ou entregar no Protocolo na Prefeitura deverá ser enviado/entregue aos cuidados do Pregoeiro, no seguinte endereço Av. Francisco Alves da Silva - 443, Cep 79.790-000, Centro, de Deodápolis - MS, em horário de expediente até 10 minutos antes do horário previsto para o credenciamento.

2.2.9. A documentação exigida para proposta de preços e habilitação será apresentada em 02 envelopes, timbrados ou com o carimbo do CNPJ, lacrados até a data, hora e local designados neste edital e com os seguintes dizeres:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODAPOLIS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2026

DATA DE ABERTURA: 28/9/2026

HORÁRIO: 9:00 HORAS - MS

(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE E ENDEREÇO) se o envelope não for timbrado

ENVELOPE 02 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODAPOLIS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2026

DATA DE ABERTURA: 28/9/2026

HORÁRIO: 9:00 HORAS - MS

(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE E ENDEREÇO) se o envelope não for timbrado

2.2. A ausência ou incorreções dos dizeres citados acima, na parte externa dos envelopes não constituirá motivo para desclassificação do licitante que poderá inserir as informações faltantes e/ou retificá-las.

2.3. Caso eventualmente ocorra a abertura do Envelope 02 - Habilitação antes do Envelope 01 - Proposta de Preços, será aquele novamente lacrado sem análise de seu conteúdo e rubricado o lacre por todos os presentes.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. **O proponente deverá** se apresentar para credenciamento junto o (a) Pregoeiro (a) por meio de um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, **identificar-se exibindo a Carteira de Identidade** ou outro documento equivalente.

3.2. O credenciamento para **os representantes não incluso no contrato social**, far-se-á por meio de **Carta de Credenciamento ou instrumento de procuração** com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar **cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social**, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

3.3. Não haverá credenciamento de representante no caso de apresentação de carta de credenciamento, Instrumento público de procuração ou instrumento particular sem poderes específicos para formular ofertas e lances de preços bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

3.4. A não apresentação da carta de credenciamento ou a procuração não inabilitará a licitante, mas impedirá o representante de manifestar-se e responder pela mesma.

3.5. As microempresas e as empresas de pequeno porte, nos termos do art. 72 da Lei Complementar nº 123/06 e devido à necessidade de identificação pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, deverão apresentar a **Certidão Simplificada da Junta Comercial da sede da licitante, com data de emissão não superior a 60 (sessenta dias), da data de abertura desta licitação**, a não apresentação da certidão significa renúncia expressa e consciente, **desobrigando o Pregoeiro, dos benefícios previstos no artigo 43 §1º e artigo 47 e 48 inciso I, da Lei Complementar nº 123/06;**

3.5.1 No caso do empresário individual enquadrado na condição de Microempreendedor Individual - MEI, o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, emitido por meio do Portal do Empreendedor (<http://www.portaldoempreendedor.gov.br>) é o documento hábil para comprovar suas inscrições, alvarás, licenças e sua situação de enquadramento perante terceiros, conforme Art. 13, da Instrução Normativa DREI nº 20, de 5 de dezembro de 2013.

3.6. O representante poderá ser substituído por outro devidamente cadastrado;

3.7. Cada credenciado poderá representar apenas uma licitante;

3.8. Caso o proponente não compareça, mas envie toda a documentação necessária dentro do prazo estipulado, participará do Pregão com a primeira proposta apresentada quando do início dos trabalhos, devendo estar ciente que estará renunciando a fase de lance, de negociação e a interposição de recursos.

4. DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DO PREGÃO

4.1. Após o recebimento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, o (a) Pregoeiro (a) declarará aberta à sessão, oportunidade em que não mais aceitará novos proponentes, **dando início** ao recebimento dos **ENVELOPES** contendo a Proposta de Preços.

4.2. Após o (a) Pregoeiro (a) declarar encerrado o prazo para entrega dos envelopes, nenhum outro poderá ser recebido;

4.3. Conceder-se-á vistas e rubricas, pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das empresas participantes, em todas as propostas, e posteriormente nos documentos de habilitação dos vencedores;

4.5. No caso da sessão do pregão, em situação excepcional, vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as fases, os envelopes, devidamente rubricados no fechamento, ficarão sob a guarda do (a) Pregoeiro (a) e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE - 01)

5.1. A licitante deverá entregar a proposta no envelope 01 sem emendas ou rasura apresentadas em papel timbrado da própria empresa, **impressa**, contendo, obrigatoriamente os itens abaixo relacionados:

- a) nome, endereço, CNPJ;
- b) número do Processo e do Pregão;
- c) descrição completa dos serviços ofertados, objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações, atendendo o **Anexo - I** deste Edital);
- d) ser apresentada sem emendas ou rasuras, com preços expressos em moeda corrente nacional, utilizando duas (02) casas decimais após a vírgula desprezando-se a fração remanescente. Em caso de dúvida, prevalece o valor unitário.

- e) nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;
- f) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, no caso de o prazo de validade ser omitido na proposta, o (a) Pregoeiro (a) considerará que o mesmo será de 60 (sessenta) dias.

5.2. O preço ofertado permanecerá fixo e irrevogável.

5.3. Será **DECLASSIFICADA** a empresa que:

- a) Não atender às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas, apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, retardar a sessão ou estar com a descrição dos serviços em desacordo com a forma solicitada, conforme ANEXO I do edital.
- b) Apresentar cotação inferior à quantidade prevista neste Edital ou Propostas alternativas;

6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. O (A) Pregoeiro (a) procederá à abertura do Envelope 01, contendo as Propostas de Preços, e estas serão analisadas verificando o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos (EXAME DE CONFORMIDADE), sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.

6.2. O (A) Pregoeiro (a) classificará todas as propostas apresentadas que estiverem de acordo com o previsto no edital para participarem dos lances verbais;

6.3. Aos licitantes classificados será dada oportunidade para disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço.

6.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nessa condição será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

6.5. O licitante que desistir de apresentar lance verbal, quando convocado pelo (a) Pregoeiro (a), será excluído da etapa de lances verbais, mantendo-se o último preço apresentado pelo mesmo, para efeito de ordenação das propostas.

6.6. Caso não se realize lance verbal será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

6.7. Na divergência entre o preço total e unitário, prevalecerá o unitário.

6.8. Quando houver discrepância entre os valores unitários e os totais resultantes de erros de multiplicação e quantidades por valores unitários prevalecerão os valores unitários e o valor total será corrigido.

6.9. Quando houver discrepância entre os valores dos subtotais e os totais, resultantes de erros de adição prevalecerão os valores dos subtotais corrigindo o valor total;

6.10. No caso de discrepância dos dados ofertados nas propostas e nos anexos, prevalecerão os da proposta, exceto nos casos em que os anexos forem mais vantajosos para a Administração Pública;

6.11. Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o (a) Pregoeiro (a) examinará a oferta subsequente, verificando a aceitabilidade e procedendo à habilitação do licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de

uma proposta que atenda a todas as exigências, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto definido neste Edital e seus Anexos.

6.11.1. O (A) Pregoeiro (a) poderá negociar diretamente com o licitante para que seja obtido preço melhor;

6.11.2. Será de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto. Contudo, se a licitante for classificada na sessão do Pregão para ofertar lances verbais, poderá fazê-lo na forma e oportunidade previstas neste Edital;

6.11.3. A licitante vencedora, após a etapa de lances, deverá assinar a ata constando o valor final negociado.

6.12. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo (a) Pregoeiro (a) e o(s) licitante(s) presente(s).

6.13. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos.

7. DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE - 02)

7.1. Os documentos necessários à participação na presente licitação, deverão ser apresentados em 01 (uma) via, respectivamente, devendo os EXTRAIDOS VIA INTERNET em original e os demais por qualquer processo de cópia ou publicação em órgão de imprensa oficial. Caberá a Comissão Permanente de Licitação solicitar, **a qualquer momento, os originais para confrontação.**

7.2. Documentos Relativos à Habilitação Jurídica:

- a) **Certificado de Microempreendedor Individual** ou **Registro Comercial**, no caso de empresa individual; ou
- b) **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, com suas alterações **ou a respectiva consolidação**, se houverem, devidamente registrada, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; ou ainda
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova de eleição da diretoria em exercício.
- d) No caso de Sociedades que envolvem uma outra empresa jurídica como sócia junta-se para a habilitação o CNPJ da respectiva empresa.

7.2.1. A licitante fica dispensada da apresentação dos documentos enumerados no item 7.2 alíneas “a, b, c d”, caso já tenha apresentado por completo quando do credenciamento junto ao pregoeiro.

7.3. Documentos Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista.

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda **(CNPJ)**;
- b) Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal**, emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa proponente na forma da Lei.
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal mediante apresentação de Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Débitos Relativos a **Tributos Federais** e a **Dívida Ativa da União**;

- d) Certificado de Regularidade do **FGTS** (CRS), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa do proponente, na forma da Lei.;
- e) Certificado de **Regularidade do Tribunal Superior do Trabalho** mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhista - (**CNDT**) emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa do proponente, na forma da Lei.
- f) **Declaração Unificada** (conforme modelo Anexo - II);

7.4. Disposições Gerais da Habilitação

7.4.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 60 (sessenta) dias a contar da data de sua emissão.

7.4.2. Quando a licitante apresentar certidão extraída por meio da internet, que não seja original, o (a) Pregoeiro (a) efetuará a consulta no site correspondente, para a verificação da sua autenticidade.

7.4.3. No caso de alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, **as microempresas e empresas de pequeno porte serão asseguradas prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contado da decisão do (a) Pregoeiro (a) que declarar a empresa vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.4.4. A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro (a) convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata/contrato, ou propor a revogação deste Pregão.

7.4.5. O Pregoeiro reserva o direito de realizar diligências para instrução do processo sobre informações que não estejam claras, bem como de solicitar documentos complementares que julgar necessários para os respectivos esclarecimentos.

7.4.6 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, I e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8. DA IMPUGNAÇÃO DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DOS RECURSOS

8.1. Os interessados em impugnar edital por irregularidade na aplicação da Lei 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, ou enviar no e-mail editaisprefeituradeodapolis@gmail.com

Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

8.2. A impugnação ao edital deverá ser dirigida à autoridade que tiver editado o ato ou proferir a decisão recorrida.

8.3. Acolhida à petição contra o ato convocatório serão designadas nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas e apresentação de documentos.

8.4. Não será conhecida impugnação interposta quando vencido o respectivo prazo legal.

8.5. Dos atos da administração decorrentes da aplicação da lei 14.133/2021, cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação;
- e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II - pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do inciso I do **caput** deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:

I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do **caput** deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 desta Lei](#), da ata de julgamento;

II - a apreciação dar-se-á em fase única.

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do **caput** deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

§ 3º O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

§ 4º O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

§ 5º Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9. DA EXECUÇÃO E CRITERIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1. A execução ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, mediante emissão de Autorização de Fornecimento, ordem de serviço ou instrumento equivalente, contendo os quantitativos, o local, a data, os horários, o período de utilização do mobiliário e o responsável pelo recebimento.

9.2. A solicitação será encaminhada à contratada, preferencialmente, com antecedência mínima de **48 (quarenta e oito) horas** em relação ao horário limite para disponibilização do mobiliário. Excepcionalmente, diante de necessidade superveniente ou imprevista, devidamente justificada, poderá ser encaminhada com antecedência mínima de **24 (vinte e quatro) horas**.

9.3. As mesas e cadeiras deverão estar entregues, organizadas, higienizadas e em perfeitas condições de utilização no local indicado com antecedência mínima de **2 (duas) horas** em relação ao início do evento.

9.4. A execução poderá ocorrer em dias úteis, finais de semana ou feriados, nos períodos matutino, vespertino ou noturno, nas dependências das Secretarias e Agências Municipais, no Paço Municipal, nos locais destinados à realização dos eventos e nos distritos pertencentes ao Município de Deodápolis/MS.

9.5. A retirada do mobiliário deverá ocorrer após o encerramento do período de utilização, no prazo e no horário indicados pela unidade requisitante, de modo a não prejudicar o funcionamento do local ou a realização de outras atividades.

9.6. O recebimento será realizado por servidor designado, mediante conferência dos quantitativos, inspeção visual, verificação da limpeza, da conservação e da estabilidade do mobiliário e, quando aplicável, conferência das dimensões e dos documentos comprobatórios exigidos.

9.7. Serão recusadas, total ou parcialmente, as unidades que apresentarem divergências em relação às especificações, quantidade inferior à solicitada, falta de higienização, quebras, rachaduras, deformações, instabilidade, componentes soltos, peças ausentes ou qualquer condição que comprometa sua segurança ou utilização.

9.8. As unidades recusadas deverão ser substituídas imediatamente pela contratada, às suas expensas, no prazo máximo de **1 (uma) hora**, contado do recebimento da notificação, assegurando-se a regularização integral antes do início do evento, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

9.9. A medição e o pagamento serão realizados somente em relação aos quantitativos efetivamente solicitados, disponibilizados e aceitos pela Administração, observados o período de utilização e a execução integral dos serviços de transporte, entrega, organização, retirada e demais operações incluídas no preço.

10. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias, contados a partir da prestação dos serviços com apresentação da Nota Fiscal ou Fatura**, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.1. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária

10.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.4. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.5. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.6.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado

à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.7. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1. **Secretaria Municipal de Assistência Social, Projeto Atividade:** 4.114 - FAZER GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 4.115 - GERIR O BLOCO DE GESTÃO DO SUAS – (IGD-SUAS), 4.117 - GERIR O BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICO, 4.118 - GERIR O BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC), **Fonte:** 1.500.0000.000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS, 1.660.0000.000000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA. **Secretaria Municipal de Saúde, Projeto Atividade:** 4.077 - MANTER AS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, 4.078 - EXECUTAR AÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, 4.082 - EXECUTAR AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA, 4.068 - EXECUTAR AÇÕES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL, 4.069 - EXECUTAR AÇÕES DO HOSPITAL MUNICIPAL CRISTO REI, 4.076 - EXECUTAR AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, **Fonte:** 1.500.1002.000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS, 1.600.0000.000000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS, 1.621.0000.000000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ESTADUAL. **Secretaria Municipal de Finanças, Projeto Atividade:** 4.053 – MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, **Fonte:** 1.500.0000.000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS. **Secretaria Municipal de Educação Esporte e Cultura, Projeto Atividade:** 4.038 - MANTER AS ATIVIDADES DE SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, **Fonte:** 1.500.1001.000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS. **Gabinete Municipal, Projeto Atividade:** 4.055 - MANTER AS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO, **Fonte:** 1.500.0000.000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS, 1.501.0000.000000 - OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS. **E as que couberem no exercício seguinte.**

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) der causa a execução total do contrato;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- d) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I - Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Contratante;

II - Multa:

- Moratória de 2% a 10% (dois a dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- Compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

III - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.3. A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.7. Aplica-se ainda o previsto na Lei 14.133/2021 e o edital

12.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Contratante, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

12.9. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Contratante poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

12.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

12.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.15. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro Municipal

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. O resultado e demais atos do presente certame será divulgado no [Diário Oficial do Município de Deodápolis - MS.](#)

13.2. As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que a interpretação não viole a lei e não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

13.3. Será facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive parecer técnico à Secretaria requerente do certame com relação aos produtos cotados, bem como solicitar aos órgãos competentes, elaboração de parecer técnico destinado a fundamentar a decisão.

13.4. O Pregoeiro poderá, ainda, relevar erros formais, ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação e não gerem a majoração do preço proposto.

13.5. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

13.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.7. A autoridade competente poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba às Licitantes direito à indenização.

13.8. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

13.9. As licitantes são responsáveis administrativa, civil e penalmente pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

13.10. As licitantes devem observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

13.11. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

13.12. É obrigação da proponente observar e acompanhar rigorosamente os editais, todas as fases do certame e comunicados oficiais divulgados conforme item anterior, ler e interpretar o conteúdo destes, desobrigando totalmente o órgão licitador, por interpretações errôneas ou inobservâncias.

13.13. Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecido.

13.14. Por ser pregão presencial a sessão pública de apresentação de propostas e documentos de habilitação será gravada em áudio e vídeo, e a gravação será juntada aos autos do processo licitatório depois de seu encerramento, conforme prevê o [Art. 17 § 5º de Lei 14.133/2021](#).

14. DO FORO

14.1 Quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas da execução desta licitação serão dirimidas no Foro de Justiça da Comarca de Deodápolis com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

15. ANEXOS DO EDITAL

15.1. Fazem partes integrantes deste edital os seguintes anexos;

Anexo - I	Modelo de Proposta de Preço
Anexo - II	Modelo Declaração Unificada
Anexo - III	Modelo da Carta de Credenciamento
Anexo - IV	Minuta da Ata de Registro de Preços
Anexo - V	Minuta do Contrato
Anexo - VI	Termo de Referência

Deodápolis - MS, 11 de setembro de 2026.

JEAN CARLOS SILVA GOMES
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS
Estado de Mato Grosso do Sul

ANEXO - I		PROCESSO	MODALIDADE	TIPO	FLS.
Proposta de Preços		Nº 133/2026	Pregão Presencial nº 47/2026	Menor Preço por Item	1/1
EMPRESA:					
CNPJ/MF					
ENDEREÇO:			CIDADE:	/	
TELEFONE:			E-MAIL		
VALIDADE DA PROPOSTA:					
CONTA P/ DEPÓSITO:		BANCO:	AGENCIA:	CONTA CORRENTE:	
Item	Unid.	Quant.	Especificação	V. Unit.	Valor Total
1	Unid.	5.800	Locação de Mesa plástica quadrada em polipropileno, medindo aproximadamente 70 cm x 70 cm x 71 cm (C x L x A), com estrutura resistente, leve e empilhável, adequada para uso em ambientes internos e externos, com furo central para guarda-sol e fácil limpeza, destinada ao atendimento de eventos e atividades institucionais, conforme necessidade.		
2	Unid.	24.200	Locação de cadeira plástica em polipropileno, com dimensões aproximadas de 55,5 cm de largura, 57 cm de profundidade e 72,5 cm de altura, com estrutura resistente, empilhável, com braços e furo para escoamento de água, adequada para uso em ambientes internos e externos, com capacidade de suporte de até 154 kg, destinada ao atendimento de eventos e atividades institucionais, conforme necessidade.		
VALOR TOTAL R\$					

Declaro que examinei, conheço e me submeto a todas as condições contidas no Edital da presente Licitação modalidade **Pregão nº 47/2026**, bem como verifiquei todas as especificações nele contidas, não havendo quaisquer discrepâncias nas informações, nas condições de fornecimento e documentos que dele fazem parte. Declaro ainda que, estou ciente de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto

Local e Data:

Assinatura do Responsável

ANEXO - II

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2026.

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, que:

1. DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO: Declaramos, para os devidos fins que tomamos conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações do edital e seus anexos.

2. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PESSOA DEFICIENTE/REABILITADO DA PREVIDÊNCIA: Declaramos, para os fins, que a empresa atende à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

3. DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO: Declaramos, para os fins, que não mantemos vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4. DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE E INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE: Declaramos para os devidos fins, que a empresa não está impedida de participar em licitação ou de contratar com a Administração, assim como não foi declarada inidônea por qualquer órgão das Administrações Públicas da União, de Estados ou de Municípios, estando portanto, apta a contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a nossa habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

5. DECLARAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTOS: Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento de licitação, sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL 47/2026, da empresa não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.

6. DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGA MENOR: Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade.

Nome e Assinatura Rep. Legal da empresa

ANEXO - III

CARTA DE CREDENCIAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS/MS

OBJETO: Registro de Preços para Locação futura de Mesas e Cadeiras Plásticas para atendimento das Secretarias de Saúde, Educação, Finanças, Assistência Social, e Gabinete do Prefeito.

CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

A empresa: _____ inscrita no CNPJ/MF nº _____ com sede na Rua/Av _____ nº _____ na cidade de _____ / _____ representada pelo Sr. (a) _____ credencia o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº _____ expedida pela SSP/____ e do CPF sob nº _____, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Deodápolis/MS, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2026**, supra referenciada, na qualidade de **REPRESENTANTE LEGAL**, outorgando-lhe, dentre outros poderes, o de assinar documentos, formular lances verbais e praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias, nos termos do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002.

Local e Data:

NOME: _____

R.G.: _____ SSP/____

CARGO: _____

Nome e Assinatura do Sócio/Proprietário

Obs. O instrumento de procuração substitui este anexo.

ANEXO - IV

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /2026
PROCESSO Nº 133/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2026

O MUNICÍPIO DE DEODAPOLIS - MS, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.903.176/0001-41, com sede Administrativa na Av. Francisco Alves da Silva nº 443, centro, CEP 79.790 - 000, **GERENCIADOR** desta ata, sendo participantes as Secretarias Municipal de, representada pelo **Sr.**....., brasileiro, solteiro/casado, Secretário Municipal de, residente e domiciliado a Rua..... nº, Bairro....., na cidade de - MS, portador do RG n..... SSP/....., CPF n....., doravante denominada **PARTICIPANTES**; e a(as) empresa(as), pessoa jurídica de direito privada inscrita no CNPJ sob o nº(...) com sede (...), neste ato representada pelo(a) sócio(a) (...), portador do RG nº (...), inscrito no CPF sob o nº (...), doravante denominado apenas por **FORNECEDOR(RES)**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA I - DO OBJETO E DOS RECURSOS FINANCEIROS: O objeto desta ata é o **Registro de Preços para Locação futura de Mesas e Cadeiras Plásticas para atendimento das Secretarias de Saúde, Educação, Finanças, Assistência Social, e Gabinete do Prefeito.**

§1º. A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito de indenização de qualquer espécie, devendo o fornecedor cumprir as condições e obrigações desta Ata.

§2. Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as condições do Edital do PREGÃO PRESENCIAL 47/2026 e seus anexos.

3º. As condições de entrega, recebimento e pagamento e as obrigações contratuais são as constantes no Termo de Referência e no Edital do PREGÃO PRESENCIAL 47/2026 que são partes integrantes desta ata independentemente de transcrição.

§4º. A despesa decorrente da contratação do objeto desta licitação correrá à conta dos recursos constante das dotações orçamentárias constantes no Edital do PREGÃO PRESENCIAL 47/2026, parte integrante desta Ata.

CLÁUSULA II - DOS PREÇOS REGISTRADOS: Os serviços, suas especificações, quantidades estimadas de fornecimento durante o prazo de vigência desta ATA e o preço a ser praticado pelos Fornecedores são os seguintes:

Empresa:					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	V. Unit.	Valor Total

Empresa:					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	V. Unit.	Valor Total

§1º. Nos preços registrados encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto, acima relacionado.

O Valor total da Ata de Registro de Preços é de R\$.....(.....).

CLÁUSULA III - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA: A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil.

CLÁUSULA IV - DA REVISÃO/ALTERAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS: A Ata de Registro de Preço poderá sofrer alterações.

§1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado; frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

II. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§3º. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

III. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

§4º. Os preços são os constantes da Ata de Registro de Preços, ressalvadas as disposições supracitadas. O preço unitário de cada item deverá ser fixo, equivalente ao de mercado na data da apresentação da proposta;

§5º. Deverão estar incluídas no preço, todas as despesas necessárias à entrega do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração, tais como frete, tributos e outras. É vedado qualquer reajustamento de preços durante o prazo de validade da ata de registro de preços, contado a partir da data limite para a apresentação das propostas, indicada no preâmbulo do presente Edital.

§6º. O beneficiário do registro, em função de imprevistos que altere significativamente a correspondência entre os encargos do contratado e a remuneração por parte deste Município, poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal, instruída com documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas e componentes, ou de outros documentos que comprovem a ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado. Até a decisão final da Administração, a qual deverá ser prolatada em até 30 (trinta) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do produto/serviços, quando solicitado pela Secretaria responsável, deverá ocorrer normalmente e pelo preço registrado em vigor.

§7º. A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do FORNECEDOR, cabendo à Prefeitura de DEODÁPOLIS - MS a análise e deliberação a respeito do pedido. Se o FORNECEDOR não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será indeferido e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata de registro de preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do FORNECEDOR e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

§8º. Na hipótese do cancelamento do registro do preço do FORNECEDOR, a Prefeitura de DEODÁPOLIS - MS poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva (se houver), para que manifestem interesse em assumir o objeto, pelo preço registrado na ata de registro de preços.

§9º. Comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a PREFEITURA DE DEODÁPOLIS - MS poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pelo FORNECEDOR, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado e nunca superior ao valor máximo estipulado no edital da licitação, para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

§10. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pela PREFEITURA DE DEODÁPOLIS - MS, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas. Liberado o FORNECEDOR, a Prefeitura de Deodápolis - MS poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o objeto, pelo valor da contraproposta apresentada pela Administração.

CLÁUSULA V - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO: A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do FORNECEDOR, pelos danos causados à Prefeitura Municipal de DEODÁPOLIS - MS ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos. A gestão e fiscalização ficará a cargo do agente público indicado pela Secretaria Municipal de....., o Sr. (a)nomeado (a) pela Portaria nº/202.....

CLÁUSULA VI - DA RESCISAO: A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelece a Lei n.º 14.133/21 e suas alterações posteriores, e em casos omissos, a legislação civil em vigor.

CLÁUSULA VII - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A presente Ata de Registro de Preços resultante deste certame, terá vigência 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura.

Fica estabelecida a possibilidade de prorrogação da vigência desta Ata de Registro de Preços nos termos do § 4º do Art. 84 da Lei Federal 14.133/2021, por igual período, desde que comprovado o interesse da administração.

Na hipótese da prorrogação da vigência da Ata, admite-se, a renovação do quantitativo originalmente registrado, com vistas a atender às necessidades da Administração durante o período prorrogado.

CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES E DA OBRIGAÇÕES DAS PARTES: As penalidades e a obrigação das partes são as constantes do Edital, Termo de Referência e seus anexos do PREGÃO PRESENCIAL 47/2026 que são partes integrantes desta ata independentemente de transcrição.

CLÁUSULA IX - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO:
O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- I. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;
 - II. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - III. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - IV. Tiver presentes razões de interesse público.
 - V. For liberado
- §1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.
- §2º. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.
- §3º. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pela Prefeitura Municipal Deodápolis - MS.
- Pelo decurso do seu prazo de vigência;

- I. Se não restarem fornecedores registrados;
- II. Por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;
- III. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

§4º. No cancelamento da ata ou do registro do preço do FORNECEDOR, por iniciativa da Prefeitura Municipal de Deodápolis - MS, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, com prazo de cinco dias úteis para apresentação de defesa, contados da notificação, pessoal ou por publicação no Diário Oficial do Município.

§5º. Nos casos de Revisão dos Preços Registrados e de Cancelamento da Ata ou do Preço Registrado, a Prefeitura Municipal de Deodápolis - MS, mediante decisão fundamentada, poderá suspender preventivamente o registro do preço do FORNECEDOR ou a ata de registro de preços.

CLÁUSULA X - DA PUBLICAÇÃO: O extrato da Ata e os preços registrados serão publicados pelo Município no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [1|007A](#)GBHN.

CLÁUSULA XI - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO: Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o *processo de licitação ou de execução de contrato;

ANEXO - V



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS
Estado de Mato Grosso do Sul

MINUTA DO CONTRATO N° /2026.

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO
FUTURA DE MESAS E
CADEIRAS PLÁSTICAS.**

CONTRATANTES: "O MUNICÍPIO/FUNDO MUNICIPAL DE DE DEODAPOLIS", Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Avenida Francisco Alves da Silva nº 443, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º, por intermédio da..... Municipal de, neste ato representada por seu titular e Ordenador de Despesas o(a) Sr.(a), nacionalidade, estado civil, Secretário/Diretor Municipal de, portador(a) do RG nº e do CPF nº, residente e domiciliado(a) na Rua, neste Município, doravante denominado(a) **CONTRATANTE**, a Empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.N.P.J./MF sob nº, com sede na, neste ato representada pelo Sr(a), nacionalidade, estado civil, profissão, portador(a) do RG nº e do CPF nº, residente e domiciliado(a), na Rua, na cidade de de ora em diante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº 133/2026 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Presencial Nº 47/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Locação de Mesas e Cadeiras Plásticas para atendimento da Secretaria Municipal de**, nas condições estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência, conforme item, especificação, quantia, unidade e valores abaixo:

Item	Especificação	Quant.	Unid.	V. Unit.	Valor Total

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital e seus anexos;

1.2.3. A Proposta da Contratada;

1.2.4. Ata de Registro de Preços

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO

2.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da contratação é de(.....) meses/dias, contados a partir do dia.....202....., até o dia202.....

3.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA - EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo do edital do Pregão 47/2026.

CLÁUSULA QUINTA - SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo - VI do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (**Índice Nacional de Preços ao Consumidor**).

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e anexos do edital;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Prefeitura Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9. A Administração terá o prazo de 15 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 dias.

8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e nos anexos do edital, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Entregar o objeto acompanhado da Autorização de Fornecimento, Documentos Fiscal e Trabalhista e Nota Fiscal.

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

- 9.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos fornecimentos ou dos produtos empregados;
- 9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- 9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.1.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não será exigida garantia contratual da execução, em razão da natureza do objeto, da entrega parcelada e da baixa complexidade operacional do fornecimento, sem prejuízo das garantias legais e das responsabilidades da contratada por vícios, defeitos ou desconformidades dos serviços prestados

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) der causa a execução total do contrato;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- d) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I - Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Contratante;

II - Multa:

- Moratória de 2% a 10% (dois a dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- Compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

III - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.2. A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. Aplica-se ainda o previsto na Lei 14.133/2021 e o edital

11.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Contratante, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

11.8. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Contratante poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

11.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

11.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro Municipal

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados nos Orçamentos: **Secretaria Municipal de Assistência Social, Projeto Atividade:** 4.114 - FAZER GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 4.115 - GERIR O BLOCO DE GESTÃO DO SUAS – (IGD-SUAS), 4.117 - GERIR O BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICO, 4.118 - GERIR O BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC), **Fonte:** 1.500.0000.000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS, 1.660.0000.000000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA. **Secretaria Municipal de Saúde, Projeto Atividade:** 4.077 - MANTER AS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, 4.078 - EXECUTAR AÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, 4.082 - EXECUTAR AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA, 4.068 - EXECUTAR AÇÕES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL, 4.069 - EXECUTAR AÇÕES DO HOSPITAL MUNICIPAL CRISTO REI, 4.076 - EXECUTAR AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, **Fonte:** 1.500.1002.000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS, 1.600.0000.000000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS, 1.621.0000.000000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ESTADUAL. **Secretaria Municipal de Finanças, Projeto Atividade:** 4.053 – MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, **Fonte:** 1.500.0000.000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS. **Secretaria Municipal de Educação Esporte e Cultura, Projeto Atividade:** 4.038 - MANTER AS ATIVIDADES DE SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, **Fonte:** 1.500.1001.000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS. **Gabinete Municipal, Projeto Atividade:** 4.055 - MANTER AS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO, **Fonte:** 1.500.0000.000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS, 1.501.0000.000000 - OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS.

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor](#) e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês ([art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

16.1. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do FORNECEDOR, pelos danos causados à Prefeitura Municipal de DEODÁPOLIS - MS ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos. A gestão e fiscalização ficará a cargo do agente público o Sr.(a).....nomeado pela Portaria nº.....

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Deodápolis, Estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente contrato em três vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, de tudo cientes, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

Deodápolis - MS, _____ de _____ de 2026.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Secretário Municipal de.....

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Contratada

Testemunhas:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF

ANEXO - VI

TERMO DE REFERÊNCIA
Art. 6, XXIII da Lei nº 14.133/2021.

I - DO OBJETO - Lei Federal 14.133/21; art. 6; XXIII; a:

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE MESAS E CADEIRAS, MEDIANTE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP, para atendimento futuro, eventual e sob demanda das Secretarias e Agências da Prefeitura Municipal de Deodápolis/MS, incluindo transporte, carregamento, descarregamento, entrega, organização, recolhimento, retirada, higienização, manutenção e substituição do mobiliário, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. A contratação decorre do Estudo Técnico Preliminar – ETP nº 109/2026 e Documentos de Formalização de Demanda – DFDs: nº 35/2026 – SEMAS; nº 110/2026 – SEMUS; nº 182/2026 – SEMED; nº 356/2026 – SEMF; nº 355/2026 – GABIP;

Item	Descrição do item	Unid.	Quant.	Secretaria	Quant.	V. Unit.	Valor Total
1	Locação de Mesa plástica quadrada em polipropileno, medindo aproximadamente 70 cm x 70 cm x 71 cm (C x L x A), com estrutura resistente, leve e empilhável, adequada para uso em ambientes internos e externos, com furo central para guarda-sol e fácil limpeza, destinada ao atendimento de eventos e atividades institucionais, conforme necessidade.	UNID.	5.800	ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.000	9,76	56.608,00
				EDUCAÇÃO	1.500		
				GABINETE	2.500		
				Finanças	300		
				SAÚDE	500		
2	Locação de cadeira plástica em polipropileno, com dimensões aproximadas de 55,5 cm de largura, 57 cm de profundidade e	UNID.	24.200	ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.000	2,20	53.240,00
				EDUCAÇÃO	5.000		
				GABINETE	10.000		
				Finanças	1.200		
				SAÚDE	4.000		

Item	Descrição do item	Unid.	Quant.	Secretaria	Quant.	V. Unit.	Valor Total
	72,5 cm de altura, com estrutura resistente, empilhável, com braços e furo para escoamento de água, adequada para uso em ambientes internos e externos, com capacidade de suporte de até 154 kg, destinada ao atendimento de eventos e atividades institucionais, conforme necessidade.						

VALOR TOTAL = 109.848,00 (cento e nove mil oitocentos e quarenta e oito reais)

1.2 Considerando que alguns itens do CATMAT apresentam descrição genérica, deverão prevalecer, para todos os fins, as especificações técnicas, características mínimas, medidas, aplicações, exigências de qualidade, certificações e condições de aceitação previstas neste Termo de Referência e no ETP, inclusive quanto à compatibilidade com a frota municipal e às normas técnicas aplicáveis.

1.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado do marco inicial estabelecido na regulamentação municipal aplicável e na própria Ata, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

1.4 Na hipótese de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, eventual renovação total ou parcial dos quantitativos originalmente registrados somente poderá ocorrer caso haja autorização expressa na regulamentação municipal aplicável, previsão no edital e na própria Ata de Registro de Preços, demonstração da vantajosidade e manifestação favorável da assessoria jurídica competente.

II - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO - Lei Federal 14.133/21; art. 6; XXIII; b:

2.1. A presente contratação fundamenta-se nas conclusões do Estudo Técnico Preliminar – ETP nº 109/2026, que analisou as alternativas disponíveis e concluiu pela viabilidade técnica, operacional e econômica da contratação de empresa especializada para a locação de mesas e cadeiras, mediante Sistema de Registro de Preços, visando atender às demandas das Secretarias e Agências da Prefeitura Municipal de Deodápolis/MS.

2.2. A necessidade decorre da realização de eventos, reuniões, capacitações, conferências, campanhas, solenidades, ações sociais, educacionais, culturais, esportivas, institucionais e demais atividades promovidas ou apoiadas pela Administração Municipal, conforme demandas formalizadas nos DFDs nº 35/2026 – SEMAS, nº 110/2026 – SEMUS, nº 182/2026 – SEMED, nº 356/2026 – SEMF e nº 355/2026 – GABIP.

2.3. Essas atividades apresentam caráter eventual, recorrente e variável quanto à finalidade, ao local, à duração e ao número de participantes, podendo ocorrer simultaneamente ou exigir quantitativos superiores aos disponíveis no acervo municipal. Assim, o mobiliário próprio existente, embora deva ser utilizado prioritariamente, poderá não ser suficiente para atender, de maneira adequada e tempestiva, às necessidades das unidades requisitantes.

2.4. A indisponibilidade de mesas e cadeiras em quantidade suficiente e em condições adequadas de estabilidade, resistência, conservação, higiene e segurança poderá comprometer a organização e a realização das atividades municipais, limitar o atendimento ao público, ocasionar alterações, adiamentos ou cancelamentos de eventos e prejudicar a execução de programas, projetos e ações de interesse coletivo.

2.5. Em atendimento ao art. 44 da Lei Federal nº 14.133/2021, o ETP comparou as alternativas de utilização exclusiva do mobiliário próprio, aquisição definitiva e locação sob demanda. Verificou-se que a aquisição de quantitativo suficiente para atender aos períodos de maior demanda exigiria investimento inicial elevado e poderia resultar na manutenção de bens ociosos durante parte significativa do exercício, além de gerar custos permanentes com armazenamento, controle patrimonial, transporte, mão de obra, higienização, manutenção, reparação, reposição e depreciação.

2.6. A aquisição baseada apenas na demanda média também não atenderia integralmente aos eventos de maior porte ou às atividades simultâneas, mantendo a necessidade de locações complementares e ocasionando a sobreposição de custos relacionados à propriedade do mobiliário e à contratação temporária.

2.7. Diante desse cenário, a locação sob demanda apresenta-se como a solução mais adequada, pois permite a utilização prioritária do acervo municipal e a contratação apenas dos quantitativos complementares efetivamente necessários para cada evento, conforme o público estimado, o local, a data, o horário e o período de utilização.

2.8. A solução transfere à contratada, nos termos estabelecidos neste Termo de Referência, a responsabilidade pelo transporte, carregamento, descarregamento, entrega, organização, retirada, higienização, manutenção e substituição dos itens recusados ou inadequados, devendo todos esses custos estar incluídos nos preços unitários ofertados, sem pagamento adicional pela Administração.

2.9. A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela impossibilidade de definir previamente, com exatidão, as datas e os quantitativos que serão necessários em cada evento, bem como pela conveniência de realizar solicitações parceladas durante o período de vigência da Ata. Os quantitativos registrados representam estimativas máximas destinadas ao planejamento da contratação e não constituem obrigação de consumo integral, garantia de contratação mínima ou faturamento assegurado à futura contratada, conforme estabelece o art. 83 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.10. As solicitações serão realizadas somente quando houver necessidade efetiva, mediante Autorização de Fornecimento, ordem de serviço, nota de empenho ou instrumento equivalente. O pagamento corresponderá exclusivamente aos quantitativos efetivamente solicitados, disponibilizados, recebidos e aceitos pela Administração, observados os respectivos períodos de utilização.

2.11. A contratação pretende assegurar a disponibilização tempestiva de mobiliário adequado, limpo, conservado, estável, resistente e seguro, proporcionando condições apropriadas de acomodação aos servidores, autoridades, convidados, prestadores de serviços e cidadãos participantes das atividades municipais.

2.12. Dessa forma, a solução mostra-se adequada ao interesse público por proporcionar flexibilidade operacional, aproveitamento racional do mobiliário próprio, redução dos riscos de ociosidade e dos custos permanentes decorrentes da aquisição, atendimento proporcional às demandas efetivamente verificadas e aplicação eficiente e econômica dos recursos públicos.

III - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO - Lei Federal 14.133/21;art.6;XXIII; c:

3.1. Conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar – ETP nº 109/2026, a solução adotada consiste na contratação de empresa especializada para a **locação de mesas e cadeiras**, mediante **Pregão Presencial**, com utilização do **Sistema de Registro de Preços – SRP** e julgamento pelo critério de **menor preço por item**, visando atender, de forma futura, eventual, parcelada e sob demanda, às necessidades das Secretarias e Agências da Prefeitura Municipal de Deodápolis/MS.

3.2. O objeto caracteriza-se como **serviço comum**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade do mobiliário e as condições de execução podem ser objetivamente definidos no edital e neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado.

3.3. As características das mesas e cadeiras, incluindo material de fabricação, dimensões aproximadas, resistência, estabilidade, capacidade de suporte, possibilidade de empilhamento e condições de conservação, higiene e segurança, serão definidas de forma objetiva e poderão ser verificadas pela Administração no momento do recebimento.

3.4. A solução será composta por dois itens autônomos: **locação de mesas plásticas** e **locação de cadeiras plásticas**. Os itens poderão ser solicitados, disponibilizados, conferidos, medidos e pagos separadamente, de acordo com as características de cada evento, admitindo-se a adjudicação a fornecedores distintos, sem prejuízo da funcionalidade da contratação.

3.5. Cada solicitação será formalizada mediante Autorização de Fornecimento, ordem de serviço ou instrumento equivalente, contendo, no mínimo, os quantitativos, o endereço de entrega, a data, os horários, o período de utilização do mobiliário e a identificação do responsável pelo recebimento. A Administração poderá solicitar somente mesas, somente cadeiras ou ambos os itens, em quantidades distintas, conforme a necessidade efetivamente verificada.

3.6. A execução compreenderá a disponibilização de mesas e cadeiras limpas, conservadas, estáveis, resistentes, seguras e em perfeitas condições de utilização, bem como a realização, pela contratada, de todas as operações necessárias ao atendimento da demanda, incluindo:

I – transporte do mobiliário até o local indicado;

II – carregamento e descarregamento;

III – entrega e organização das mesas e cadeiras;

IV – recolhimento e retirada após o encerramento do período de utilização;

V – higienização, conservação e manutenção do mobiliário;

VI – substituição dos itens recusados, danificados, instáveis, sujos ou inadequados ao uso; e

VII – disponibilização de veículos, equipamentos e pessoal necessários à execução.

3.7. Todos os custos diretos e indiretos relacionados à execução do objeto deverão estar incluídos nos preços unitários ofertados, abrangendo transporte, mão de obra, carregamento, descarregamento, organização, retirada, higienização, manutenção, substituição, tributos, encargos trabalhistas, fiscais, comerciais, operacionais e demais despesas necessárias, não sendo admitida cobrança adicional em razão da localização dos eventos, desde que observados os limites territoriais e as condições definidos neste Termo de Referência.

3.8. A utilização do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada em razão da natureza futura, eventual, variável e parcelada da demanda, considerando que os quantitativos necessários dependerão do tipo e do porte de cada evento, do público estimado, do local, da data, do período de utilização e da possibilidade de realização simultânea de atividades municipais.

3.9. O SRP permitirá que as locações sejam solicitadas somente quando houver necessidade efetiva, sem obrigar a Administração a contratar a totalidade dos quantitativos registrados. Os quantitativos e o valor global estimados representarão limites máximos potenciais da Ata de Registro de Preços, não constituindo obrigação de consumo integral, garantia de contratação mínima ou faturamento assegurado à futura contratada, conforme estabelece o art. 83 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.10. A consolidação das demandas das Secretarias e Agências Municipais em um único procedimento contribuirá para a padronização das especificações e das condições de execução, a racionalização dos custos administrativos, a redução da quantidade de processos isolados, o aprimoramento do controle das solicitações e a obtenção de economia de escala. Essa centralização não impede a adjudicação separada dos itens nem exige que uma única empresa seja responsável pela locação de mesas e cadeiras.

3.11. O julgamento pelo **menor preço por item** justifica-se pela autonomia funcional e operacional das mesas e cadeiras, que possuem especificações, quantitativos, preços unitários, condições de medição e possibilidades de utilização independentes. A divisão amplia a competitividade, possibilita a obtenção do menor preço para cada item e evita que a Administração seja obrigada a contratar conjuntamente mobiliários que poderão ser necessários em proporções distintas.

3.12. A adoção do **Pregão Presencial** encontra-se fundamentada no ETP nº 109/2026, considerando o regime transitório aplicável aos Municípios com até 20.000 habitantes, previsto no art. 176, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e o entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul consignado no Parecer-C PAC00-2/2026, proferido no Processo TC/5365/2025.

3.13. A escolha da forma presencial também considera as características operacionais da contratação, que poderá envolver diferentes quantitativos, locais, datas e horários, inclusive finais de semana, feriados, períodos noturnos, distritos municipais e eventos simultâneos, exigindo definição precisa dos prazos, da unidade de medição, do período de utilização, da logística incluída nos preços e da capacidade operacional necessária para o atendimento dos locais de execução.

3.14. A realização presencial do certame não implicará preferência ou restrição em razão da sede, do domicílio ou da localização geográfica dos licitantes. Serão assegurados ampla publicidade, tratamento isonômico, competitividade e julgamento objetivo, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada integralmente em áudio e vídeo, com a juntada da gravação aos autos do processo, em observância ao art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.15. Considerando que o Município de Deodápolis/MS será o único contratante da futura Ata de Registro de Preços e que as demandas das unidades municipais já foram formalizadas e consolidadas neste procedimento, fica dispensada a realização da Intenção de Registro de

Preços – IRP, com fundamento no art. 86, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 9º, § 2º, do Decreto Municipal nº 046/2024, sem prejuízo da economia de escala decorrente da reunião dos quantitativos.

3.16. Sob a perspectiva do ciclo de vida da solução, o mobiliário permanecerá de propriedade e sob responsabilidade da contratada, à qual caberão sua manutenção, conservação, recuperação, reutilização, substituição e destinação final ambientalmente adequada. A contratada também deverá adotar, no que couber, medidas para otimização das rotas de transporte, uso racional de água e energia na higienização, utilização adequada de produtos de limpeza e prevenção do descarte prematuro ou irregular do mobiliário.

3.17. Portanto, a contratação de empresa especializada para a locação de mesas e cadeiras, mediante **Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preços e julgamento pelo menor preço por item**, apresenta-se como solução técnica, operacional e economicamente adequada, por permitir a utilização prioritária do mobiliário próprio, o atendimento proporcional às demandas efetivamente verificadas, a redução dos custos permanentes e dos riscos de ociosidade e a disponibilização tempestiva de mobiliário adequado às atividades municipais.

IV - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - Lei Federal 14.133/21; art. 6; XXIII; d:

4.1. Trata-se da contratação de serviço comum de locação de mesas e cadeiras, mediante **Pregão Presencial**, com adoção do **Sistema de Registro de Preços – SRP** e julgamento pelo critério de **menor preço por item**, conforme fundamentado no ETP nº 109/2026.

4.2. As mesas e cadeiras disponibilizadas deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes deste Termo de Referência, do edital e da proposta vencedora, especialmente quanto ao material de fabricação, às dimensões, ao modelo, à resistência, à estabilidade, à capacidade de suporte e à possibilidade de empilhamento.

4.3. Por se tratar de locação, não será exigido que o mobiliário seja novo ou de primeiro uso. Entretanto, todas as unidades deverão ser entregues limpas, secas, completas, conservadas, estáveis, resistentes e prontas para utilização, sem avarias ou características que comprometam sua segurança, aparência ou funcionalidade.

4.4. Não serão admitidas mesas ou cadeiras que apresentem quebras, rachaduras, deformações, ferrugem, rebarbas, partes cortantes, componentes soltos, peças ausentes, sujeira, umidade, resíduos, instabilidade, oscilação anormal ou risco de tombamento.

4.5. Eventuais normas técnicas, certificações ou documentos comprobatórios de resistência e capacidade de suporte somente poderão ser exigidos quando expressamente identificados na descrição do respectivo item, com indicação objetiva da forma de comprovação.

4.6. A contratada deverá possuir capacidade operacional para atender aos quantitativos, locais, datas e horários estabelecidos pela Administração, inclusive em finais de semana, feriados, períodos noturnos, distritos municipais e situações de eventos simultâneos.

4.7. Os preços unitários deverão compreender todos os custos necessários à execução, incluindo transporte, carregamento, descarregamento, entrega, organização, recolhimento, retirada, higienização, manutenção e substituição do mobiliário, não sendo admitida cobrança adicional.

4.8. As unidades que estiverem em desacordo com as especificações ou apresentarem condições inadequadas de utilização serão recusadas e deverão ser imediatamente substituídas pela contratada, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

4.9. A contratada deverá manter, durante toda a execução, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, indicar preposto para representá-la perante a Administração e observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental aplicáveis ao objeto.

V - EXECUÇÃO DO OBJETO - Lei Federal 14.133/21; art. 6; XXIII; e:

5.1. A execução ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, mediante emissão de Autorização de Fornecimento, ordem de serviço ou instrumento equivalente, contendo os quantitativos, o local, a data, os horários, o período de utilização do mobiliário e o responsável pelo recebimento.

5.2. A solicitação será encaminhada à contratada, preferencialmente, com antecedência mínima de **48 (quarenta e oito) horas** em relação ao horário limite para disponibilização do mobiliário. Excepcionalmente, diante de necessidade superveniente ou imprevista, devidamente justificada, poderá ser encaminhada com antecedência mínima de **24 (vinte e quatro) horas**.

5.3. As mesas e cadeiras deverão estar entregues, organizadas, higienizadas e em perfeitas condições de utilização no local indicado com antecedência mínima de **2 (duas) horas** em relação ao início do evento.

5.4. A execução poderá ocorrer em dias úteis, finais de semana ou feriados, nos períodos matutino, vespertino ou noturno, nas dependências das Secretarias e Agências Municipais, no Paço Municipal, nos locais destinados à realização dos eventos e nos distritos pertencentes ao Município de Deodápolis/MS.

5.5. A retirada do mobiliário deverá ocorrer após o encerramento do período de utilização, no prazo e no horário indicados pela unidade requisitante, de modo a não prejudicar o funcionamento do local ou a realização de outras atividades.

5.6. O recebimento será realizado por servidor designado, mediante conferência dos quantitativos, inspeção visual, verificação da limpeza, da conservação e da estabilidade do mobiliário e, quando aplicável, conferência das dimensões e dos documentos comprobatórios exigidos.

5.7. Serão recusadas, total ou parcialmente, as unidades que apresentarem divergências em relação às especificações, quantidade inferior à solicitada, falta de higienização, quebras, rachaduras, deformações, instabilidade, componentes soltos, peças ausentes ou qualquer condição que comprometa sua segurança ou utilização.

5.8. As unidades recusadas deverão ser substituídas imediatamente pela contratada, às suas expensas, no prazo máximo de **1 (uma) hora**, contado do recebimento da notificação, assegurando-se a regularização integral antes do início do evento, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5.9. A medição e o pagamento serão realizados somente em relação aos quantitativos efetivamente solicitados, disponibilizados e aceitos pela Administração, observados o período de utilização e a execução integral dos serviços de transporte, entrega, organização, retirada e demais operações incluídas no preço.

VI - GESTÃO DO CONTRATO - Lei Federal 14.133/21; art. 6; XXIII; f:

6.1. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

6.2. Será designado representante da Administração, por meio de portaria, para acompanhar e fiscalizar a execução da contratação, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao fornecimento e determinando as providências necessárias à regularização de falhas ou desconformidades.

6.3. A fiscalização da execução não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de vícios, defeitos, imperfeições técnicas ou desconformidade dos serviços prestados.

6.4. O representante da Administração deverá registrar em documento próprio todas as ocorrências verificadas, indicando data, local, itens envolvidos e demais informações necessárias, bem como encaminhar os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6.5. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

6.6. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.7. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes do Edital e da proposta;

6.8. Prestar à contratada todas as informações e os esclarecimentos necessários ao cumprimento da contratação;

6.9. Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que sejam substituídos, corrigidos ou regularizados;

6.10. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.11. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.14. A contratada deverá cumprir integralmente todas as obrigações constantes do Edital, do Termo de Referência, da proposta apresentada e da Ata de Registro de Preços, assumindo, com exclusividade, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

6.15. Fornecer as mesas/cadeiras em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e em seus anexos, acompanhados da respectiva nota fiscal.

6.16. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do fornecimento e dos produtos entregues, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

6.17. Substituir, às suas expensas, os produtos com avarias, defeitos ou desconformidades, ou que não atendam às exigências previstas no Termo de Referência, no Edital e na proposta vencedora.

6.18. Responsabilizar-se por tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal e quaisquer outras despesas incidentes ou que venham a incidir sobre a execução da contratação.

6.19. Comunicar à contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

6.20. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

6.21. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.22. DA SUBCONTRATAÇÃO

6.23. NÃO será admitida a subcontratação do objeto.

6.24. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

6.25. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições da contratação, não haja prejuízo à execução do objeto e haja anuência expressa da Administração.

6.26. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.27. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial da contratação;
- b) der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total da contratação;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da contratação;
- f) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento durante a execução da contratação;
- g) comportar-se de modo inidôneo, cometer fraude de qualquer natureza ou praticar ato ilícito com o objetivo de frustrar os objetivos da licitação;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

6.28. Poderão ser aplicadas ao responsável, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.29. A advertência será aplicada exclusivamente na hipótese de inexecução parcial, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

6.30. A multa será calculada na forma prevista no Edital ou no instrumento contratual, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação, observada a gravidade da infração.

6.31. A sanção de impedimento de licitar e contratar poderá ser aplicada pelo prazo máximo de 3 (três) anos e produzirá efeitos no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que aplicar a penalidade.

- 6.32.** A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada nas hipóteses legalmente previstas, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, com efeitos perante a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.
- 6.33.** Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos causados à Administração e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, quando aplicável.
- 6.34.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, quando cabível.
- 6.35.** A aplicação das sanções não exclui, em nenhuma hipótese, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.
- 6.36.** Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 6.37.** A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade dependerá da instauração de processo administrativo de responsabilização, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 6.38.** As multas e indenizações devidas poderão ser descontadas dos créditos da contratada, da garantia prestada, quando houver, ou cobradas administrativa ou judicialmente, na forma da legislação aplicável.
- 6.39.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados, a Administração poderá cobrar o valor remanescente, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.
- 6.40.** Havendo indícios de ato lesivo previsto na Lei nº 12.846/2013, os documentos necessários serão encaminhados à autoridade competente para avaliação da instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 6.41.** O processamento do PAR não interfere no regular prosseguimento dos processos destinados à apuração de infrações contratuais, danos e prejuízos causados à Administração.
- 6.42.** Aplicam-se, ainda, as disposições da Lei nº 14.133/2021, do Edital e dos demais instrumentos integrantes da contratação.
- 6.43.** As penalidades aplicadas serão registradas nos cadastros oficiais e sistemas de controle pertinentes.

VII - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO - Lei Federal 14.133/21; art. 6; XXIII; g:

- 7.1** A medição corresponderá às quantidades efetivamente solicitadas, entregues e definitivamente recebidas pela Administração. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do recebimento definitivo dos serviços prestados e da apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, mediante ordem bancária para crédito na conta indicada pela contratada.
- 7.2** Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto estiver pendente a liquidação de obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento ou correção monetária.
- 7.3** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 7.4** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.5** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 7.6** Constatada situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize a situação ou apresente defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 7.7** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.7.1** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado

à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.8 No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

7.9 DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.10 O artigo 25 Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, estabelece as condições nas quais os preços registrados podem ser alterados ou atualizados. Visando garantir a flexibilidade necessária para lidar com eventos imprevisíveis ou situações extraordinárias que possam impactar os custos dos bens, obras ou serviços registrados, são eles:

I - Adaptação por Força Maior, Caso Fortuito, Fato do Príncipe ou Fatos Imprevisíveis:

As partes contratantes concordam que, em situações de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou eventos imprevisíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, a alteração ou atualização dos preços registrados será permitida, em conformidade com a alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

II - Variação de Preços em Razão de Tributos e Encargos Legais: fica estabelecido que a alteração ou atualização dos preços registrados será autorizada em casos de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados, conforme previsto no Art. 25, II, do Decreto nº 11.462/23.

III - Incorporação de Cláusula de Reajustamento ou Repactuação: no caso de previsão expressa no edital ou aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, as partes concordam com a sua aplicação, nos termos do Art. 25, III, do Decreto nº 11.462/23.

7.11 DO REAJUSTE

7.12 Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

7.13 Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e mediante solicitação fundamentada do fornecedor, os preços registrados poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 1 (um) ano, mediante aplicação do IPCA, exclusivamente sobre as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.14 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.15 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.16 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.17 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.18 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.19 O reajuste será realizado por apostilamento.

7.20 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.21 Não será exigida garantia contratual da execução, em razão da natureza do objeto, da entrega parcelada e da baixa complexidade operacional do fornecimento, sem prejuízo das garantias legais e das responsabilidades da contratada por vícios, defeitos ou desconformidades dos serviços prestados

VIII - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR - Lei Federal 14.133/21; art. 6; XXIII; h:

8.1. A seleção do fornecedor será realizada mediante licitação na modalidade **Pregão, em sua forma Presencial**, com adoção do **Sistema de Registro de Preços – SRP**, por se tratar de serviço comum de locação, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos objetivamente por especificações usuais de mercado.

8.2. O critério de julgamento será o de **menor preço por item**, com adjudicação individual dos itens referentes à locação de mesas e à locação de cadeiras, podendo resultar na contratação de fornecedores distintos, desde que não haja prejuízo à execução do objeto.

8.3. Para aceitação da proposta, o preço unitário ofertado deverá ser igual ou inferior ao valor máximo estimado pela Administração e compreender todos os custos necessários à execução, incluindo transporte, carregamento, descarregamento, entrega, organização, retirada, higienização, manutenção e substituição do mobiliário.

8.4. A proposta deverá atender integralmente às especificações técnicas, aos prazos, aos locais e às demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e no edital, não sendo aceita proposta que altere ou restrinja as obrigações necessárias à execução do objeto.

8.5. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica serão definidas no edital, de forma proporcional e compatível com o objeto, observados os arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.6. Quando exigida comprovação de qualificação técnica, esta deverá demonstrar a aptidão do licitante para executar serviços de locação compatíveis com o objeto, especialmente quanto ao fornecimento do mobiliário e à realização das operações logísticas nos quantitativos e prazos estabelecidos.

8.7. Não será exigida sede, filial, depósito ou estabelecimento no Município de Deodápolis/MS como condição de participação ou habilitação, devendo o licitante demonstrar capacidade operacional para atender aos locais e às condições de execução previstos neste Termo de Referência.

8.8. Serão observados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021 e o tratamento diferenciado e favorecido assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte pela Lei Complementar nº 123/2006, quando aplicável.

IX -ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO-Lei Federal 14.133/21;art.6;XXIII; i:

9.1 A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base na pesquisa de preços juntada aos autos, considerando as especificações técnicas, as unidades de medida, os quantitativos e as condições de execução estabelecidas neste Termo de Referência, no ETP nº 109/2026 e nos Documentos de Formalização de Demanda das unidades participantes.

9.2. Os quantitativos foram definidos a partir da consolidação das necessidades apresentadas pelas Secretarias e Agências Municipais, considerando a quantidade estimada de eventos, o público previsto, a duração das atividades, a possibilidade de eventos simultâneos e a disponibilidade de mobiliário próprio.

9.3. A pesquisa de preços considerou contratações com características equivalentes, especialmente quanto ao tipo e às especificações das mesas e cadeiras, à unidade e ao período de utilização, aos locais de execução e aos serviços logísticos incluídos no preço, evitando a comparação com objetos de composição distinta, como locação conjunta de estruturas completas para eventos.

9.4. Os preços unitários de referência foram apurados conforme a metodologia registrada na pesquisa de preços, observando-se a compatibilidade dos objetos, as condições de execução, a atualidade dos valores e as fontes admitidas pela legislação. Deverão ser desconsiderados os preços manifestamente inexecutáveis, excessivamente elevados ou inconsistentes, mantendo-se nos autos as fontes consultadas e a respectiva memória de cálculo.

9.5. Conforme a planilha constante do item 1.1 deste Termo de Referência, o valor estimado da contratação está assim distribuído:

I - locação de mesas plásticas: R\$ 53.240,00;

II - locação de cadeiras plásticas: R\$ 56.608,00.

O valor global estimado da contratação corresponde a **R\$ 109.848,00 (cento e nove mil oitocentos e quarenta e oito reais)**

9.6. Os preços unitários deverão compreender todos os custos diretos e indiretos necessários à execução, incluindo transporte, combustível, mão de obra, carregamento, descarregamento, entrega, organização, retirada, higienização, manutenção, substituição do mobiliário, tributos e demais encargos, não sendo admitida cobrança adicional.

9.7. Por se tratar de Sistema de Registro de Preços, os quantitativos e valores indicados possuem natureza estimativa e representam limites máximos potenciais, não obrigando a Administração a contratar a totalidade registrada nem assegurando consumo mínimo ou faturamento à futura contratada, conforme o art. 83 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.8. O pagamento será efetuado exclusivamente em relação aos quantitativos efetivamente solicitados, disponibilizados e aceitos pela Administração, observados os períodos de utilização, os preços registrados e as condições estabelecidas nos documentos da contratação.

X - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - Lei Federal 14.133/21; art. 6; XXIII; j:

10.1. As despesas decorrentes da referida aquisição estão previstas nos orçamentos: **Secretaria Municipal de Assistência Social, Projeto Atividade:** 4.114 - FAZER GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 4.115 - GERIR O BLOCO DE GESTÃO DO SUAS – (IGD-SUAS), 4.117 - GERIR O BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICO, 4.118 - GERIR O BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC), **Fonte:** 1.500.0000.000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS, 1.660.0000.000000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA.

Secretaria Municipal de Saúde, Projeto Atividade: 4.077 - MANTER AS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, 4.078 - EXECUTAR AÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, 4.082 - EXECUTAR AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA, 4.068 - EXECUTAR AÇÕES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL, 4.069 - EXECUTAR AÇÕES DO HOSPITAL MUNICIPAL CRISTO REI, 4.076 - EXECUTAR AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, **Fonte:** 1.500.1002.000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS, 1.600.0000.000000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS, 1.621.0000.000000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ESTADUAL

Secretaria Municipal de Finanças, Projeto Atividade: 4.053 – MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, **Fonte:** 1.500.0000.000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

Secretaria Municipal de Educação Esporte e Cultura, Projeto Atividade: 4.038 - MANTER AS ATIVIDADES DE SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, **Fonte:** 1.500.1001.000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

Gabinete Municipal, Projeto Atividade: 4.055 - MANTER AS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO, **Fonte:** 1.500.0000.000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS, 1.501.0000.000000 - OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS